

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.073

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA PARAÍBA

Andreza Vidal Bezerra¹

Elaine Cristina da Silva Brito Farias²

Adenize Queiroz de Farias³

RESUMO

O aumento nas matrículas de estudantes da educação especial em escolas comuns é percebido como um problema por muitos professores, que se consideram despreparados para essa tarefa. Com base nisso, o objetivo do estudo foi analisar como as universidades da Paraíba estão estruturando seus currículos para formar professores capazes de atender as necessidades desses alunos em uma perspectiva inclusiva. A partir de uma abordagem qualitativa analisamos documentos curriculares de três universidades públicas paraibanas. Os resultados mostram que o curso de Pedagogia oferece mais conteúdos sobre educação especial, enquanto outras licenciaturas incluem disciplinas como Libras de forma obrigatória, mas os demais componentes curriculares são optativos. O estudo espera ampliar o debate sobre a formação inclusiva

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), andrezavidal@hotmail.com.
- 2 Especialista em Alfabetização, Letramento e Educação Especial pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), elainebritopedagoga@gmail.com.
- 3 Profa. Dra. da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), adenize.queiroz@gmail.com

de professores, promovendo a eliminação de barreiras atitudinais e fortalecendo as lutas anticapacitistas.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação Docente. Universidades Paraibanas.

INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION AND TEACHER TRAINING: ANALYZING THE CURRICULAR STRUCTURE OF UNDERGRADUATE COURSES IN PARAÍBA

ABSTRACT

The increase in enrollments of special education students in regular schools is seen as a problem by many teachers, who feel unprepared for this task. Based on this, the study aimed to analyze how universities in Paraíba are structuring their curricula to train teachers capable of meeting the needs of these students from an inclusive perspective. The qualitative research analyzed curricular documents from three public universities in Paraíba. The results show that the Pedagogy course offers more content on special education, while other teaching degrees include courses like Brazilian Sign Language (Libras) as mandatory, with other curricular components being optional. The study aims to broaden the discussion on inclusive teacher training, promoting the removal of attitudinal barriers and strengthening anti-ableist efforts.

Keywords: Special Education. Teacher training. Universities in Paraíba.

INTRODUÇÃO

Os avanços conceituais, políticos e sociais relacionados à Educação Especial em uma abordagem inclusiva possibilitaram um impacto positivo no aumento das matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação nas escolas regulares (Rodrigues, 2022).

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2022), houve um crescimento consistente nas matrículas de estudantes Público-alvo da Educação Especial (PAEE), alcançando 1,4 milhão em 2021, representando um aumento de 26,7% desde 2017. Especificamente entre os alunos de 4 a 17 anos matriculados em salas de aula comuns, esse índice também tem aumentado progressivamente, passando de 90,8% em 2017 para 93,5% em 2021 (INEP, 2022).

Com esse contínuo aumento de matrículas de estudantes nas turmas regulares, é relevante examinar os aspectos relacionados à formação dos professores, pois são esses profissionais que irão interagir diretamente com esses educandos. Estudos recentes têm destacado que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas tem suscitado preocupações quanto à efetividade da inclusão desse público e à eficiência do sistema educacional, que historicamente tem excluído e segregado aqueles que não se encaixam nos padrões (Dias; Silva, 2020).

Diante desse contexto, os debates sobre a educação de estudantes PAEE têm evidenciado algumas dificuldades persistentes na educação brasileira, que historicamente tem mostrado indícios de suas falhas. Essas constatações indicam a urgência em discutir fatores que contribuem para a ineficácia do sistema educacional, incluindo a necessidade de implementação de políticas públicas e direitos sociais, além do enfrentamento dos diversos desafios relacionados à formação dos professores e às práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos discentes.

Em um estudo encomendado pela 40ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Michels

(2021) examinou a formação de professores de Educação Especial no Brasil, revelando uma predominância de cursos ofertados por instituições privadas e na modalidade à distância a partir de 2018. Foram identificados 43 cursos de Licenciatura em Educação Especial, com a sua maioria ministrados por instituições privadas (87,5%) e das vagas (97,5%) também nesse setor. Ademais, foram encontrados 4.053 cursos de especialização em Educação Especial, predominantemente oferecidos por instituições privadas (98,4%), majoritariamente na modalidade a distância. A pesquisa aponta para uma diversidade temática nos cursos de especialização e uma abordagem fragmentada da Educação Especial nos cursos de Pedagogia das Universidades Federais, revelando desafios quanto à qualidade e profundidade da formação de professores nessa área no Brasil.

Em vista disso, o presente artigo objetiva analisar como as universidades brasileiras vêm delineando seus currículos para atender a uma formação de professores que contemple as especificidades dos estudantes PAEE em uma perspectiva inclusiva. Para tanto, foi realizado um estudo das estruturas curriculares de três cursos presenciais de licenciatura - Letras Português, Matemática e Pedagogia - oferecidos por universidades públicas na Paraíba. A análise foi baseada na consulta aos sites oficiais dessas instituições de Educação Superior, com o propósito de identificar os componentes curriculares direcionados à Educação Especial e inclusiva na formação docente.

DESENVOLVIMENTO

A formação inicial em Educação Especial pode influenciar profundamente a subjetividade social e individual dos futuros educadores, tornando-os mais sensíveis à inclusão escolar, seguros em suas práticas pedagógicas, bem como mais criativos e reflexivos ao trabalhar com os discentes PAEE (Lustosa, Mendes, 2020).

Mas afinal, o que é Educação Especial? em consonância com Pletsch (2021), compreendemos que esta é uma modalidade educacional trans-

versal, por meio da qual é possível oferecer suporte especializado em todos os níveis e etapas do ensino regular das pessoas com deficiência, Altas Habilidades/Superdotação, bem como com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, trata-se de uma área interdisciplinar de pesquisa sobre a aprendizagem, enfatizando-se a importância de reconhecer e valorizar as diferenças socioculturais e deficiências como parte integrante do ambiente educacional.

Outro fator que vale destacar é que esta modalidade de ensino, beneficia estudantes com e sem deficiência, o que é notório através do reconhecimento da comunidade escolar em relação a necessidade de avançar na formação específica de todos os profissionais envolvidos no ensino para lidar com a diversidade presente nos ambientes educacionais. Para tanto, ressaltamos a relevância do engajamento de todos os atores que compõem o ambiente escolar, decisivo para promover uma educação inclusiva, capaz de transformar a vida dos estudantes e da sociedade como um todo (Loreiro, Silva, 2021).

Apesar do significativo papel da Licenciatura em Educação Especial, nenhuma das instituições de Educação Superior do Estado da Paraíba, locús deste estudo, oferta o referido curso. Nesse tocante, é importante enfatizar que, atualmente, apenas três universidades públicas no Brasil oferecem cursos de graduação em Educação Especial, o que reforça o discurso por grande parte dos professores de não possuírem a capacitação adequada para atuar com estudantes do PAEE. (Massaro; Farias, 2020).

Dias e Silva (2020, p. 407) enfatizam que “[...] o novo contexto nacional demanda uma educação que explore outras modalidades de aprendizagem, permitindo o contato e a experiência com o outro em um processo de reflexão profunda sobre a sociedade contemporânea”.

Nessa perspectiva, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas relacionadas à profissão docente, a Estratégia Regional sobre Docentes promovida pela UNESCO (2019) identificou competências essenciais para o século XXI e para a educação inclusiva na formação inicial dos professores na América Latina. Segundo o estudo, a formação

para a inclusão abarca duas dimensões: a pedagógica, que requer dos docentes a habilidade de ensinar a grupos diversificados, criando planos individualizados e adotando diversas estratégias metodológicas e adaptações curriculares; e a dimensão da responsabilidade profissional, que envolve colaboração com a comunidade escolar e a criação de espaços reflexivos entre os professores (Gatti et al., 2019).

Essas dimensões são fundamentais para o desenvolvimento de práticas inclusivas, reconhecendo os estudantes como um grupo não homogêneo, o que exige abordagens pedagógicas variadas e destaca a importância do trabalho colaborativo para repensar e aprimorar as práticas docentes, atendendo às demandas educacionais contemporâneas.

Consultando o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 2, de 2019), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, identificam-se indicadores importantes de uma formação voltada para a inclusão. O Art. 4º trata das três dimensões das competências específicas que devem integrar e complementar a atuação docente: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.

No parágrafo 1º das competências específicas do conhecimento profissional, é destacada a importância dos docentes demonstrarem compreensão sobre como os estudantes aprendem, sendo necessário a aplicação de estratégias de ensino diferenciadas que atendam às necessidades e deficiências diversas, considerando seus contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

No parágrafo 2º, que aborda as competências específicas da prática profissional docente, destaca-se o planejamento de ações de ensino que promovam efetivas aprendizagens, incluindo a interação clara e eficaz com os estudantes, utilizando estratégias de comunicação verbal e não verbal que garantam o entendimento de todos.

Por fim, no parágrafo 3º das competências específicas do engajamento profissional, enfatiza-se o compromisso com a aprendizagem dos estudantes e a valorização das diferentes identidades e necessidades,

incluindo o uso de recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas para garantir a inclusão (CNE/CP N° 2/2019, p. 19).

Além disso, o parágrafo único do Art. 12° do parecer estabelece as temáticas a serem abordadas nos cursos de licenciatura, incluindo:

III - metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem; V - marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais; (Brasil, 2019, p. 6-7).

Santos e Lima (2020) explicitam que, apesar de alguns professores buscarem uma formação específica na área da Educação Especial e/ou inclusiva, ainda há uma grande lacuna a respeito da preparação de grande parte desses docentes, principalmente aqueles que atuam no ensino regular. De acordo com as autoras:

[...] os profissionais que atuam no ensino comum apresentam, ainda, desconhecimento sobre as peculiaridades das deficiências, falta de reconhecimento das potencialidades destes estudantes e falta de flexibilidade quanto ao currículo para atender às necessidades de aprendizagem destes. Estes aspectos podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distantes das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão (Santos; Lima, 2020, p. 64).

Mediante esse contexto, faz-se urgente a implementação de políticas educacionais que visem suprir as lacunas na formação inicial dos professores, em especial no que concerne à Educação Especial Inclusiva.

No tocante à formação inicial dos professores, no Estado da Paraíba há três instituições públicas de Educação Superior que atuam nas esferas estadual e federal. Essas instituições de Educação Superior Paraibanas, assim como em todo o Brasil, devem reconhecer a importância da formação específica nessa área e ofertar cursos de Licenciatura em Educação Especial e incluir conteúdos pertinentes nos programas de formação de

professores em todos os cursos de licenciatura ofertados nas Instituições de Educação Superior (IES). Isso porque, como evidenciado neste estudo, no curso de Pedagogia e sobretudo, nas demais licenciaturas, ainda são frágeis ou mesmo inexistentes os conhecimentos construídos em relação às demandas específicas dos estudantes PAEE.

Além disso, é imprescindível o investimento em programas de capacitação e formação continuada para os professores já em exercício, visando atualizá-los com as melhores práticas inclusivas e fornecer as ferramentas necessárias para atender às diversas necessidades dos educandos em suas salas de aula.

A partir desse olhar, torna-se relevante a análise das propostas curriculares dos cursos de licenciatura no que concerne aos conteúdos relacionados à Educação Especial inclusiva.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de uma abordagem qualitativa de cunho documental. Sobre esse tipo de pesquisa, Godoy (1995, p.21), explicita que “[...] a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Em relação a pesquisa documental, como o próprio termo aponta, este tipo de pesquisa utiliza para a coleta dos dados, documentos, os quais, em sua maioria ainda não passaram por um procedimento de sistematização e análise do conteúdo nele contido, ou seja, trata-se de uma fonte primária, a exemplo de cartas, diários, revistas, e-mails, leis, resoluções, relatórios, entre outros (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

[...] a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados

para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial. (Godoy, 1995, p.21).

A presente pesquisa foi conduzida com base na consulta aos componentes curriculares de três cursos presenciais de licenciatura: Letras Português, Matemática e Pedagogia. A escolha foi motivada pela presença desses cursos em todas as etapas da educação básica, tornando-os representativos para investigar as abordagens relacionadas à Educação Especial Inclusiva.

Os dados foram coletados por meio dos sites oficiais das IES da Paraíba, a saber: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), visando identificar os componentes curriculares direcionados a inclusão de discentes público-alvo da Educação Especial Inclusiva.

Nessa perspectiva, o desafio do/a pesquisador/a é estabelecer uma relação entre o que está posto no documento e o objetivo proposto pela pesquisa. “Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos” (Kripka; Sheller; Bonotto, 2015, p. 2).

Em razão da sua abordagem qualitativa, o processo de análise dos dados no contexto da pesquisa documental, objetivou reformular conhecimentos e formas de compreender os fenômenos. Diante de tal argumentação, compreende-se a necessidade de extrair as informações contidas nos documentos, em conformidade com objetivo da pesquisa e sua fundamentação teórica, com o propósito de construir uma reflexão acerca da temática investigada.

Ainda com o propósito de garantir um maior rigor científico ao processo de análise dos dados, recorreu-se às contribuições de Bardin (1977) que estabelece a necessidade de uma Pré-análise, exploração do material e do tratamento dos resultados.

Com base nos estudos de Flick (2008), para além do foco no conteúdo, faz-se necessário uma compreensão do contexto no qual o documento foi constituído, sua utilização e o objetivo/função.

Assim, com base nos autores supracitados e nos dados coletados para o presente estudo, apresentamos a seguir, os resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notória a relevância da inserção da disciplina de Educação Especial na formação inicial de professores. Entretanto, ressalta-se a não obrigatoriedade dessa disciplina nos cursos de licenciatura, cabendo a decisão de incluí-la às próprias instituições (Souza, 2021).

Sabendo disso, nesta pesquisa, buscou-se analisar a estrutura curricular de três cursos presenciais de licenciatura de universidades públicas paraibanas: Letras Português, Matemática e Pedagogia, a fim de identificar componentes curriculares e referenciais teóricos sobre a Educação Especial Inclusiva.

Como resultado dessa busca, elaboramos um quadro com o objetivo de organizar as informações de forma que se tornem de fácil compreensão.

Quadro 1: Componentes curriculares das IES paraibanas.

Universidade	Campi	Curso	Componentes Curriculares	Modalidade
UFPB	I	Letras	Educação Especial, Educação e Inclusão Social, Libras	Optativa, obrigatória
UFPB	IV	Letras	Nenhum	-
UFPB	I	Matemática	Educação e Inclusão Social, Libras	Optativa
UFPB	IV	Matemática	Libras	Obrigatória
UFPB	I	Pedagogia	Libras, Educação Especial, Área de aprofundamento em Educação Especial (optativa)	Obrigatória, optativa
UFPB	III	Pedagogia	Políticas Sociais e Educação Especial	Obrigatória
UFPB	IV	Pedagogia	Política Educacional e Educação Inclusiva	Obrigatória

Universidade	Campi	Curso	Componentes Curriculares	Modalidade
UFCG	Campina Grande	Letras	Nenhum	-
UFCG	Campina Grande	Matemática	Nenhum	-
UFCG	Cajazeiras, Cuité	Letras	Libras	Obrigatória
UFCG	Campina Grande	Pedagogia	Educação Especial, Ensino de Língua Portuguesa na Educação de Surdos	Obrigatória, complementar
UFCG	Cajazeiras	Pedagogia	Educação Inclusiva	Obrigatória
UEPB	I	Letras	Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social, Libras I e II	Obrigatória
UEPB	III	Letras	Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social, Libras	Optativa, obrigatória
UEPB	I, VI, VII	Matemática	Libras, Introdução à Educação Especial (Optativa em I e VI, Obrigatória em VII)	Obrigatória, optativa
UEPB	I	Pedagogia	Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, Libras, Educação Especial I e II	Obrigatória
UEPB	III	Pedagogia	Educação Especial e Inclusiva, Libras	Obrigatória

Fonte: as autoras

Ao analisar a estrutura curricular dos cursos universitários na Paraíba, é evidente que a abordagem da Educação Especial é variável e muitas vezes opcional. Por exemplo, no curso de Letras Português da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no campus I, embora sejam oferecidos componentes curriculares como “Educação Especial” e “Educação e Inclusão Social”, eles são optativos para os estudantes.

A única disciplina obrigatória relacionada à inclusão é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme exigido pelo Decreto/Lei nº 5.626 de 2005. Esta legislação estabelece que a Libras deve ser integrada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores em instituições de ensino públicas e privadas (BRASIL, 2005).

Segundo Barros (2017), a disciplina de Libras se evidencia como um espaço valioso para abordar questões concernentes à Educação Especial Inclusiva. Além disso, de acordo com os dados obtidos por meio dos relatos dos egressos, Barros nos revela que as principais contribuições referem-se a oportunidade de desenvolver um olhar atento às diferenças, principalmente em relação aos PAEE, compreender a necessidade de um planejamento contendo atividades com uma abordagem inclusiva, além do contato inicial com a Libras, abrindo portas para futuros estudos nessa área.

Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus I, além da Libras, há uma disciplina obrigatória: Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social. No entanto, em outros campi da UEPB, como o campus III, a abordagem da Educação Especial pode ser eletiva.

Essas discrepâncias se estendem também aos cursos de Matemática, onde na UFPB, por exemplo, as disciplinas relacionadas à Educação Especial são optativas ou inexistentes em alguns campi. Na UFCG, embora haja disciplinas obrigatórias em alguns campi, em outros essa abordagem é menos enfatizada.

Percebe-se que apesar das contradições da educação especial na incorporação do currículo dos cursos relacionados à formação inicial dos professores, apenas a disciplina de Libras está presente em todos os cursos devido a um decreto. Nesse sentido, consideramos que torna-se necessário a obrigatoriedade de ao menos uma disciplina relacionada à educação especial em uma perspectiva inclusiva, como também, fomentar a integração dessa discussão nas diversas disciplinas que compõem o currículo do curso de maneira transdisciplinar, uma vez que:

[...] apenas a inserção de disciplinas não será o suficiente para promover avanços significativos na formação dos professores para o ensino de alunos público-alvo da EE. Diferentes componentes curriculares podem focalizar a área, estudar e pesquisar de maneira sistematizada para, assim, possibilitar ao discente, futuro professor, a aquisição de competências, habilidades e conhecimentos (Pereira; Guimarães, 2019, p.583).

A situação é mais favorável no curso de Pedagogia, onde a maioria das instituições inclui disciplinas obrigatórias relacionadas à Educação Especial. Por exemplo, na UFPB campus I, há disciplinas obrigatórias como Educação Especial, além de uma área de aprofundamento nesse tema, que apesar de não ser uma Licenciatura em Educação Especial, se configura como um avanço no tocante a uma formação inicial comprometida com aspectos teóricos e práticos em educação especial inclusiva.

Na UFCG, embora haja variações entre campi, também são oferecidas disciplinas obrigatórias sobre Educação Especial, majoritariamente, no curso de Pedagogia. Assim como na UFPB, a UFCG também oferece uma área de aprofundamento em Educação Especial. De acordo com uma pesquisa realizada por Neves (2021):

O curso de Pedagogia pioneiro na criação de uma habilitação em Educação Especial, no estado da Paraíba, foi o da Universidade Federal de Campina Grande, que teve seu início em 1979, já com um olhar inovador que englobava a habilitação em “Educação de Excepcionais - Deficientes da Audiocomunicação”, como era chamado (Júnior, 2021, p.15).

Nota-se que, dentre as licenciaturas pesquisadas, o curso de Pedagogia foi o que mais contemplou componentes curriculares relacionados à Educação Especial, considerando que todas as instituições ofertaram ao menos uma disciplina obrigatória. Este fato denuncia um capacitismo arraigado na sociedade em relação à pessoa com deficiência, uma vez que, subjacente a esse pensamento, está a ideia de que pessoas com deficiência não passarão do ensino fundamental.

Colaborando com essa visão, para Jesus, Barreto e Gonçalves (2011), o fato de o curso de Pedagogia oferecer uma maior quantidade de disciplinas voltadas à Educação Especial e/ou Inclusiva pode:

[...] continuar “fortalecendo o imaginário” de que os alunos da modalidade Educação Especial continuarão cursando somente os níveis de Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental e que são os formandos em Pedagogia aqueles a se “formarem” para tal.” (Jesus; Barreto; Gonçalves, 2011, p. 89).

No entanto, é importante destacar que muitos cursos não estão totalmente alinhados com a legislação que exige a inclusão de conteúdos sobre Educação Especial na formação docente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI 13.146/2015) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.

Nessa perspectiva, esta pesquisa enfatiza a necessidade urgente de reestruturar os cursos de licenciatura para fortalecer a formação de educadores inclusivos em todos os níveis e etapas da educação. A crescente inclusão de alunos (PAEE) nas salas de aula regulares exige que os professores sejam capacitados para compreender e atender à diversidade e às particularidades desses estudantes. Nesse contexto, à medida que a implementação de uma educação inclusiva requer diversos ajustes, modificações e adaptações, torna-se igualmente essencial que a formação inicial dos docentes esteja alinhada com essa perspectiva inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos cientes de que falar em inclusão nas escolas brasileiras, implica, indubitavelmente, em tratar de um direito legalmente assegurado a todos os estudantes e, no caso desta pesquisa, aqueles que são público-alvo da educação especial.

Nesse tocante, destacamos as relevantes e significativas contribuições dos professores que, em articulação com os demais segmentos que compõem a comunidade escolar, poderão tornar-se agentes potentes no combate ao capacitismo e na eliminação das inúmeras barreiras vivenciadas no ambiente escolar.

Compreendemos ainda que as lacunas existentes no processo de formação docente, inicial e continuada, não apenas reforçam o capacitismo na escola, mas também dificultam a adoção de práticas pedagógicas que, de fato, contemplem as especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

A análise de currículos de cursos de licenciatura de três universidades públicas situadas no estado da Paraíba, sinaliza a necessidade de amplas transformações nos percursos formativos, as quais, para além de imposições legais, passam, necessariamente, por uma série de mudanças de concepções por parte de elaboradores e formuladores desses programas.

A pesquisa revelou ainda que, embora com certas fragilidades, é o curso de pedagogia que sai na frente no tocante à adoção de discussões e práticas acerca da educação especial em uma perspectiva inclusiva, o que, a nosso ver, corrobora às concepções capacitistas, de acordo com as quais estudantes com necessidades específicas se perpetuariam nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em meio a contextos educacionais em que a disciplina de Língua Brasileira de Sinais é majoritariamente ofertada nos cursos de licenciatura, mesmo que por força de exigências legais, é possível concluir que, embora de modo optativo, a oferta de outros componentes curriculares acerca da educação inclusiva nas demais licenciaturas, já representa avanços, os quais já são perceptíveis no cenário da educação básica.

Diante do exposto, reiteramos que se torna imperativo ampliar/disseminar experiências formativas exitosas, preferencialmente na modalidade presencial, as quais deverão reunir elementos teóricos e pistas práticas, no propósito de auxiliar docentes em formação e/ou em exercício na consolidação de espaços escolares mais acolhedores e inclusivos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Denner Dias. **Formação inicial de professores de matemática na perspectiva da educação inclusiva**: contribuições da disciplina de Libras. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/26a92154-d113-4f8d-b15d-da397ca8de5c>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília,

DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria. Educação inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? **Revista Praxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6822>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: **UNESCO, 2019**. 351 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, p. 20-29, 1995.

INEP. **Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

JESUS, Denise Meyrelles de; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; GONÇALVES, Agda Felipe da Silva. A formação do professor olhada no/pelo GT-15 - Educação Especial da ANPEd: desvelando pistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 77-92, 2011. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PMRnrYNzh3bVYKS4Ry3B6cN/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2023.

JÚNIOR, Pedro Carlos das Neves et al. **Cursos presenciais de pedagogia na Paraíba: investigando referenciais sobre educação especial inclusiva e comunicação alternativa**. 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_7a5f570ee00ae706110a7c07945118f5. Acesso em: 21 jun. 2023.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa**. CIAIQ, v. 2, 2015.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Docent Discunt**, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2020. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LOUREIRO, Célia Regina Machado Jannuzzi; SILVA, Rosilene Lima da. Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade (REED)**, v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8090>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes; MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação inicial de professores para a Educação Especial na perspectiva da teoria da subjetividade. EccoS - **Revista Científica**, n. 54, p. e8758, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782020000300102&script=sci_arttext. Acesso em: 16 maio 2023.

MICHELS, Maria Helena. **Formação do professor de educação especial no Brasil. 40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt15-trabalho_encomendado_40rn.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na formação de professores: um estudo sobre cursos de Licenciatura em Pedago-

gia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 571-586, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/CXq9DC4TmRGWkHG6wdxHbtg/>. Acesso em: 9 abr. 2023.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na Educação Especial brasileira? Momento – **Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RODRIGUES, Mariana Paganott. Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, fundamental e médio entre os anos de 2009 a 2020 no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e23811124794, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24794>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristiane Dias de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SOUZA, Calixto Júnior de. A (in)visibilidade da Educação Especial no currículo: os Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Goiás. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 804-819, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14916>. Acesso em: 28 maio 2023.